

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16391 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 24 - GE Educação e Povos Indígenas

**EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE:  
VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS NA TERRITORIALIZAÇÃO  
DOS ESPAÇOS DE CONHECIMENTO**

Angélica Domingos - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

**EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS NA  
TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONHECIMENTO**

## **RESUMO**

Ao longo dos séculos de colonização, nós, povos indígenas fomos invisibilizados, negados e apagados da história do Brasil, principalmente no que se refere à produção de conhecimentos. Contudo, seguimos resistindo, para manter os modos de vida próprios, as epistemologias e a ancestralidade. Passamos por diversas mudanças, em sua grande maioria impostas pela sociedade branca, no entanto, com nossas resistências seguimos transformando o que nos é imposto. A educação escolar é um exemplo, ao longo da história a impulsionamos como ferramenta de luta em nossas pautas e agendas. Muito recentemente o ensino superior nos foi possível por meio das ações afirmativas, reivindicação histórica dos povos. Ainda assim, as lutas seguem para que esse território colonizado por heranças ocidentais seja descolonizado e reconheça formas outras de fazer conhecimentos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ações Afirmativas. Ensino Superior Indígena. Interculturalidade. Epistemologias Indígenas.

Pensar as ações afirmativas no ensino superior é pensar a qualificação destas ações, desde às formas de ingresso e permanência, bem como o modelo epistemológico imposto no currículo de cada curso. Considerar a diversidade epistemológica no território acadêmico é de extrema relevância, não só pela representatividade destes povos, mas para pensar caminhos outros para a cura da terra. No entanto sabemos das barreiras advindas de uma estrutura racista, calcada na concepção eurocêntrica que rege a estrutura formal da universidade. Trazer para o debate as vivências e experiências das coletividades indígenas no ensino superior, suas lutas, trajetórias e memórias, é também fazer conhecimento. É trazer à tona conhecimentos não hegemônicos e mostrar a diversidade de epistemologias que tentam ser apagadas por

estruturas supremacistas que inferiorizam e negam outras possibilidades de existências.

Assim, a pesquisa de doutorado em andamento que apresento aqui é direcionada ao estudo das experiências indígenas no ensino superior, pautando as formas de territorializar, não somente o espaço físico, mas, principalmente, o campo epistêmico, fundamentado nos modos de vida próprios. Igualmente, essa pesquisa se dispõe a potencializar os caminhos para descolonização da universidade.

Temos, no século presente, o desafio de reflorestar, reterritorializar sentimentos e pensamentos. Assim, esta proposta de pesquisa procura responder como a luta dos povos indígenas contribui para a qualificação das ações afirmativas e dos processos de formação no ensino superior?

Desde a implementação da escola até o avanço das ações afirmativas no ensino superior a relação dos povos indígenas com a educação se transformou. Se no princípio a escola tinha por objetivo o extermínio dos conhecimentos indígenas e a imposição de outros, a resistência dos povos indígenas a transformou, tomando-a ferramenta de defesa e fortalecimento de suas culturas. Da mesma maneira há a tentativa de transformação da universidade e de sua descolonização. O avanço dos povos indígenas no acesso ao ensino superior propõe um novo paradigma, não só existencial dos povos indígenas, mas também nas estruturas formais de ensino. A nossa presença na universidade vem apontando não para as nossas dificuldades e problemas em viver o mundo branco (como muitas vezes apontam), mas para um racismo estrutural que não reconhece outras práticas de aprendizagem. A vida na universidade e os dispositivos burocráticos que organizam esses espaços constituem entraves epistemológicos, fazendo com que nós, sujeitos coletivos, sejamos obrigados a dar continuidade a nossa multiplicidade de forma única e só. A formação da pessoa indígena ultrapassa as lógicas das instituições de ensino superior e são os nossos kofá (os mais velhos), e principalmente os kujá (líderes tradicionais e espirituais), quem têm conhecimentos para a formação da pessoa Kaingang.

Compreendemos que a presença indígena no ensino superior requer mais do que moradia estudantil, alimentação, aprendizagem, condições para que o acesso e a permanência dos estudantes. O respeito à diversidade, aos modos de viver e conhecer, as reais condições de vida, as lutas sociais, as histórias de vida dos estudantes são fundamentais para a afirmação das cotas na educação superior. Ainda que as ações afirmativas sejam uma das formas de enfrentamento do racismo, da discriminação “[...] é necessário destacar o caráter contraditório de sua efetivação por meio de programas, projetos e serviços sociais que se desenvolvem numa sociedade capitalista. O modo de gestão da universidade influenciará na real efetivação deste direito” (FERNANDES; AMES; DOMINGOS, 2017, p.77). O racismo vivenciado pelo epistemicídio ainda é um entrave nas estruturas formais de ensino, epistemicídio que silenciou a história e a memória de negros e indígenas e produziu o entendimento de que o país e a episteme que conhecemos é fruto do trabalho branco (MEINERZ, KAERCHER, ROSA, 2021).

Para refletir sobre essas questões trazemos a noção da descolonização, segundo a Winona Wheeler professora indígena na University of Saskatchewan, Canadá. No Seminário “Metodologias Indígenas e Pesquisas em Educação: oralidade e história oral” (PPGEDU/UFRGS, 2021/2), a autora afirmou que o termo descolonizar, para os povos indígenas, necessita abordagem diferenciada; requer mover paradigmas para uma mudança estrutural e epistêmica. O ponto de partida é reconhecer que existe um desequilíbrio de poder e que esse poder precisa ser deslocado. É necessária uma mudança na instituição para remover as estruturas e retrabalhar o sistema. Este é o desafio que temos a enfrentar e para tanto propomos uma metodologia relacionada à experiência de vida Kaingang, trazidos pela autora desta pesquisa. Os questionamentos ao longo da vida, as violações de direitos, a militância no movimento indígena, as escutas nas rodas de conversas com os mais velhos e kujá, as estratégias de sobrevivência de uma kaingang-mulher-mãe, nos remetem à escolha de métodos relacionadas aos modos de conhecer e viver Kaingang.

Na concepção Kaingang, as apreensões do saber e do conhecimento se dão por meio da oralidade e das práticas cotidianas, do caminhar, do movimentar, do mobilizar, do articular do estar junto para ouvir, observar, ensinar, falar. Nesse sentido, o caminhar pelo espaço territorial da universidade e fora dela são relevantes na construção e percepção dos conhecimentos. A oralidade permite transmitir conhecimentos de geração a geração. É a partir dela que também se dá a formação da pessoa Kaingang. Segundo os sábios indígenas, ao dialogar com os mais velhos, nas rodas de chimarrão e conversa já se está produzindo pesquisa, pois é ali que estão falando sobre êg jukre/nossos conhecimentos, nossas histórias. E não basta estar na roda de conversa, é preciso indagação, curiosidade, é preciso reciprocidade. Bruno Ferreira Kaingang nos fala do ã mré vãmén/diálogos, conversas com o outro, que se aprende numa relação de reciprocidade e igualdade, em que todos na comunidade assumem uma mesma posição de ensino-aprendizagem: jovens, velhos e crianças. Ao pensar caminhos no que hoje é a cidade e a universidade estamos caminhando os passos que nossos ancestrais caminharam outrora, mas em outros tempos-espacos. Assim, atualizamos nossa existência e também territorializamos a escrita e a universidade. Também por meio da pesquisa documental (documentos de manifestações, encontros, relatórios, fotos, entre outros), assim como reconhecer e analisar as experiências de lutas vivenciadas no território acadêmico e os impactos nas estruturas canônicas de conhecimento. A pesquisa possibilita o registro da história vivida, das memórias de lutas e pode contribuir com a construção de estratégia para a descolonização das estruturas acadêmicas. Neste estudo, tem-se o compromisso ético com a coletividade, pensando o presente, que somos nós o futuro e que são nossos filhos. Por isso, a ética está relacionada com o sentido da pesquisa desenvolvida pelo povo indígena, ou seja, os conhecimentos ancestrais dialogam com o conhecimento não-indígena, estabelecendo-se aí uma construção epistêmica que vai além dos padrões europeus, ainda dominantes na produção científica.

Em uma sociedade organizada a partir da competitividade e do individualismo, que exclui, estigmatiza e vulnerabiliza a maioria das pessoas, os povos indígenas ensinam formas

mais respeitosas e recíprocas de se relacionar no mundo. Como ensinam nossos mais velhos, a partir da cosmologia da dualidade, em que tudo deve ser complementar, ou seja, a diferença vem para ser somada não para ser diminuída ou excluída. Mobilidade, circularidade... nossas experiências dizem muito sobre o modo de estar no mundo e, através da ancestralidade, ressignificamos e atualizamos nossa existência. Circulamos nossas trajetórias com os pés no chão, na terra firme, que nos faz passar pelos mesmos lugares em momentos diferentes, no espaço já modificado, mas que também modificamos com o nosso passar. Quanto a nossa continuidade? São nossos filhos que seguirão estes passos, na volta, em volta, no retorno, na raiz para continuar germinando, crescendo, florescendo. Isso é vida.

## REFERÊNCIAS

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; AMES, Valesca; DOMINGOS, Angélica. Encontros e Desencontros das Ações Afirmativas. **Revista O Social em Questão**, ano 20, n. 37, p. 71- 90, jan./abr. 2017.

MEINERZ, Carla Beatriz; KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva; ROSA, Graziela Oliveira Neto da. Ações afirmativas, obrigatoriedade curricular da educação das relações étnico-raciais e formação docente. **Educação e Sociedade**. Campinas, n. 42, 2021.